ATA N.º 16

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, na Delegação de Vilarinho da Junta de Freguesia, em Vilarinho, reuniu em sessão ordinária nos termos do disposto nos nºs 1, al. a), 2 e 3 do artigo 12.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição para substituição do vogal do executivo.

Ponto Dois: Tomada de posse de membros da Assembleia por renúncia de mandato.

Ponto Três: Informação escrita da Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira, conforme alínea e) do n.º 2, do art.º 9 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente ao período de 21/09/2024 a 11/12/2024.

Ponto Quatro: Discussão e votação, sob proposta do executivo, das opções do plano, da proposta de orçamento, do PPI para o ano económico de 2025, e do mapa do pessoal.

Ponto Cinco: Apreciação e aprovação da proposta do contrato interadministrativo entre o Município da Lousã e a União de Freguesias da Lousã e Vilarinho.

Ponto Seis: Apreciação e votação de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, sob proposta do executivo.

Ponto Sete: Aprovação do regulamento e da tabela de taxas, sob proposta do executivo.

Feita a chamada verificou-se a presença de: Carlos Dias, Salomé Dias, Tiago Catela, Filipe Amado, Carlos Costa, Rute Carvalho, Maria Francisco do Partido Socialista; Paulo Magro, David Silva, Luísa Basílio, em substituição de Ângela Miguel compareceu Miguel Rodrigues e em substituição de João Paulo Trindade compareceu Fábio Jesus da Coligação é Hora de Mudar (PPD/PSD/CDS).

Face à ausência de Ângela Miguel, o presidente da mesa convidou Luísa Basílio a integrar a mesa em substituição da mesma e iniciou os trabalhos.

Carlos Dias abre a sessão, cumprimentando os presentes, e congratula-se pelo facto, já tornado público, de que o Grupo de Trabalho da Assembleia da República deu luz verde à desagregação de freguesias, nomeadamente à Freguesia de Lousã e Vilarinho, aguardando agora a votação em Plenário no mês de janeiro de 2025. Considerou ser uma coincidência feliz o facto da Assembleia estar a ser realizada em Vilarinho.

Registando-se a presença de público, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia usar da palavra, havendo manifestação por parte do cidadão António José Gonçalves.

O mesmo iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e afirmando estar muito orgulhoso por ter feito parte do grupo de trabalho da desagregação das freguesias, que se tratou de um processo duro, que chegou a ter dúvidas de que seria possível, mas que ainda bem que o parecer foi positivo. Finalizou a sua intervenção informando que tudo o que fez foi por amor à camisola, que não teve qualquer subsídio quer da junta de freguesia, quer do município da Lousã, e que por isso não aceita que ninguém tome protagonismo da situação.

Seguindo os trabalhos, o Presidente da Mesa, Carlos Dias, colocou a votação a ata número quinze, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

No ponto antes da ordem de trabalhos, Miguel Rodrigues (PPD/PSD/CDS) interveio para agradecer a obra de alargamento de estrada e pavimentação executada nos Pegos e para informar que antigamente havia a tradição de se proceder à limpeza das bermas aquando da festa dos Pegos e que este ano não se verificou. Finalizou solicitando a possibilidade de colocação de um lugar para pessoas com deficiência no Clube Desportivo Lousanense.

Ainda neste ponto, usou da palavra Paulo Magro (PPD/PSD/CDS) para desejar votos de umas excelentes festas a todos os presentes e alertar para a descida da Cornaga, que está perigosa, verificando-se no lado direito partes do alcatrão que estão a ceder.

Continuou a intervenção explicando que os apoios a associações culturais e desportivas têm por base um regulamento que foi aprovado pela assembleia, e a atribuição desses apoios carece da entrega do plano de atividades e do relatório de contas, e solicitou à mesa o envio da documentação das associações apoiadas pela junta de freguesia, e afirmou que o regulamento existe para que exista transparência no processo, e para que a concessão seja realizada através de protocolo.

Finalizou a intervenção solicitando que fossem remetidos, de forma individualizada, os gastos com as festas de verão.

Interveio Luísa Basílio (PPD/PSD/CDS) solicitando informação sobre os três artigos da Tojeira, solicitando informação sobre a publicação do edital de venda, se houve algum proponente à compra e qual o valor da venda, finalizou solicitando que a ata da proposta e do fecho fossem remetidas à assembleia e informação sobre o agendamento da escritura.

Ainda no ponto antes da ordem do dia interveio David Silva (PPD/PSD/CDS) e informou que tem acompanhado o website e o Facebook da junta de freguesia, e que nunca viu publicado na página de Facebook o edital das assembleias de freguesia, e que no website ainda se encontra uma mensagem da presidente da junta a desejar votos de uma Santa Páscoa, e considerou que desta forma não é possível chamar pessoas a estarem presentes nas assembleias de freguesia. Continuou a intervenção questionando sobre o passeio na rua Dr. António José de Almeida, sobre as paragens de autocarro, sobre o passeio na Rua Gil Vicente, sobre o alcatroamento da Póvoa, e finalizou, solicitando o envio do contrato interadministrativo.

Neste ponto interveio o presidente da mesa, Carlos Dias, para colocar à apreciação e votação uma nota de pesar dirigida à família de Carlos Francisco Figueiredo, em nome da assembleia e em nome do executivo a expressar os mais sinceros pêsames à família do autarca eleito na Assembleia de Freguesia da Lousã nos mandatos de 1997 e 2021.

Colocou-se a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

A Presidente da Junta de Freguesia, Helena Correia, interveio cumprimentando os presentes e explicou que aquando do envio da convocatória ainda não era do conhecimento o resultado da desagregação das freguesias, mas foi muito interessante que a presente assembleia tivesse lugar em Vilarinho, e informou que sempre tiveram total confiança no processo e no grupo de trabalho, e que o processo estava muito bem instruído. Quanto ao muro dos Pegos, explicou era uma aspiração que já tinha muito tempo e que só agora foi possível porque houve cedência do terreno por parte da proprietária, que contribuiu, e muito, para o alargamento da via e bem-estar das pessoas. Quanto à limpeza, não houve razão para não ser feita, mas reiterou que o acesso à junta e ao executivo é muito fácil, até porque o pessoal estava nos Pegos, e que sempre que for identificada uma necessidade, solicita que a mesma seja reportada à junta. Quanto ao estacionamento do CDL explicou que pode falar com alguém da direção para perceber a possibilidade de ter mais um estacionamento.

Continuou explicando que vai verificar a questão da segurança da descida da Cornaga e que relativamente ao associativismo, o regulamento refere-se a valores anuais, e a junta não tem essa capacidade. De qualquer modo, é um processo transparente porque toda a informação consta em atas do executivo. Explicou que percebe a posição, mas que foi a solução encontrada para ajudar as coletividades, mas que já pediram a todas os

estatutos, constituição e documentos disponíveis. Continuou a explicar que relativamente às festas de verão a informação foi transmitida em assembleia, assumindo que fosse suficiente, e por esse motivo, não remeteu de forma individualizada.

Da Tojeira explicou que foram colocados à venda os três artigos e no final foram rececionadas quatro propostas, sendo que a proposta vencedora é no valor de 4010€, e que neste momento foram notificados os quatro sobre a adjudicação da proposta. Estão a aguardar a resposta para depois se proceder à audiência de direito de preferência. Já foi elaborado o auto de abertura, que vai enviar à Assembleia.

Quanto aos editais explicou que são publicados na página institucional da Freguesia, e reafirmou que o facebook serve para partilha de atividades da mesma, também é sempre enviada informação para o Trevim, que foi publicada, e que claramente não há falta de informação.

Informou que o passeio da rua António José Almeida é da responsabilidade da Câmara Municipal da Lousã, que relativamente às paragens faltam os acrílicos. Quanto às questões identificadas que são da responsabilidade da Câmara, serão comunicadas pela Junta de Freguesia. Finalizou a intervenção agradecendo ao presidente da mesa a aprovação da nota de pesar a enviar à família do autarca Carlos Figueiredo.

Entrando no **Ponto Um** da ordem de trabalhos, comunicada a renúncia do vogal José Catarino, legalmente consagrada no artigo 76.º da lei n.º 169/99, na nova redação dada pela lei 5-A/2022, de 11/01, Helena Correia agradece o trabalho desenvolvido pelo mesmo no decorrer do exercício das funções.

Helena Correia propõe Maria Ferreira Francisco para substituição do vogal.

Feito o escrutínio por voto secreto, obtiveram-se os seguintes resultados: dez votos sim, um voto não e uma abstenção.

O vogal agora substituído comunicou também a renúncia ao seu lugar na Assembleia de Freguesia.

Pela bancada da Coligação é Hora de Mudar (PPD/PSD/CDS) Luísa Basílio e Paulo Magro congratularam-se com esta nova composição do executivo, dado que deixava de colidir com a lei da paridade.

No **Ponto Dois** da ordem de trabalhos o presidente da mesa comunicou à assembleia de freguesia que recebeu a comunicação de duas renúncias ao mandato, José Catarino (PS) e Tomás Batista (BE). Em consequência foram convocados a assumir funções na Assembleia de Freguesia da Lousã e Vilarinho, o candidato da lista do partido socialista, António Rodrigues e do Bloco de Esquerda, Emídio Ventura, que aceitaram a função. O presidente informou ainda que o elemento do Bloco de Esquerda que deveria assumir as funções por substituição de Tomás Batista, a Maria João Santos, comunicou a sua renúncia.

De imediato procedeu-se às respetivas tomadas de posse.

Neste ponto interveio Paulo Magro (PPD/PSD/CDS) e questionou quem fez primeiro a renúncia, quando é que foi feita e em que data.

O presidente da mesa apresentou de imediato as datas comunicadas de cada renúncia: José Catarino em vinte e nove de outubro e Tomás Batista em cinco de novembro.

Ainda neste ponto interveio Tiago Catela (PS) para informar que na sua perspetiva, no caso do Bloco de Esquerda, a tomada de posse deveria ter sido feita no início da assembleia.

No **Ponto Três** da ordem de trabalhos, a Presidente Helena Correia, explica que a informação é extensa e completa, e coloca - se disponível para qualquer questão.

Interveio Paulo Magro (PPD/PSD/CDS) para questionar se há alguma informação sobre os baldios, considerando que é a junta que faz a gestão, já que em tempos tal informação constava nas atas do executivo, e questionou quais os benefícios de integrar a Área Integrada de Gestão da Paisagem - AIGP. Informou que existiu uma reunião com a empresa MADOC e solicitou informação sobre a mesma. Continuou solicitando informação sobre a assinatura de protocolo com o projeto Fortaleza dos Afetos, e finalizou explicando que em setembro a assembleia tinha informação de que o saldo bancário era de quatrocentos mil euros, e que à data só foram pagos trinta mil euros, e asseverou que parece que andam a poupar para o ano de 2025, e que como será o PPD/PSD/CDS a presidir nas próximas eleições que espera que o saldo se mantenha inalterado.

Helena Correia começou por explicar que o saldo bancário não é apenas feito de despesa, mas também reflete receita, e que claro que o valor pago foi superior a trinta

mil euros, e que o valor disponível é para pagamento de grandes obras que estão a decorrer.

Acerca dos Baldios explicou que o plano de gestão só foi aprovado em novembro e por esse motivo é necessário aguardar por uma candidatura para apoio à gestão do território. Informou que os Baldios de Alfocheira, sob gestão da Junta de Freguesia, não integram a AIGP.

A empresa MADOC era para a colocação de eólicas em Alfocheira, mas assumiram que não é viável e finalizou explicando que o protocolo é de uma candidatura com o agrupamento de escolas, mas que se trata apenas de um protocolo de cooperação, sem verbas implicadas.

Colocado o **Ponto Quatro** a discussão, interveio Paulo Magro (PPD/PSD/CDS) para questionar se o guardião da comunidade está a funcionar, e se sim, quem é. Explicou que do orçamento, duzentos e vinte mil euros é para salários, questionou quais as transferências que já foram feitas pela Câmara Municipal da lousã do ano de 2024.

David Silva (PPD/PSD/CDS) identificou a necessidade de nivelar a calçada até à cantina na escola da Santa Rita, e as infiltrações no refeitório.

Interveio Helena Correia para explicar que o documento das Grandes Opções do Plano, refletem um conjunto de ideias para o mandato, o jovem guardião ainda não houve adesão à ideia para implementação da mesma. Explicou que com os meios da junta não é fácil gerir o orçamento e, mas considerou que o orçamento está em linha com o que querem fazer, mas que nem sempre é fácil encontrar quem possa executar. A questão da escola é da responsabilidade da Câmara, mas será feito o levantamento junto da mesma.

Colocado a votação este ponto foi aprovado com as abstenções do BE e PPD/PSD/CDS.

Ao entrar no **Ponto Cinco** da ordem de trabalho, David Silva (PPD/PSD/CDS) apresentou um requerimento à mesa relativo ao contrato interadministrativo referente ao arruamento dos cômoros. O presidente da mesa procedeu à leitura do mesmo, e colocado a votação, o mesmo não foi aprovado com sete votos contra do PS e seis votos a favor do BE e PPD/PSD/CDS.

Neste ponto interveio Helena Correia para explicar que o contrato interadministrativo é um instrumento jurídico, e tem em atenção um conjunto de fatores e decisões, e este ano foram apresentados um conjunto de obras que o executivo considera importantes

e está em articulação com o plano de atividades, e por isso, solicitou a aprovação da assembleia.

Paulo Magro (PPD/PSD/CDS) informou que a estrada entre o lagar e fiscal está em muito mau estado, há partes das barreiras que podem começar a cair, e que a pavimentação pode ser de uma, duas ou mais camadas, e que isso implica no valor de execução, e que com os dados disponíveis não é possível perceber e pronunciar se os valores são justos ou não.

Interveio David Silva (PPD/PSD/CDS) para asseverar que um investimento de quarenta e oito mil euros vai deixar a estrada transitável, mas que investem e não fazem um arruamento nos Cômoros.

Helena Correia explicou que o arruamento dos cômoros é responsabilidade da Câmara Municipal, e não é competência da Junta, e que por esse motivo não faz sentido incluir uma obra que já está garantida pela CML. Explicou que relativamente aos valores não é fácil, porque quando começam a negociar levam um conjunto de grandes obras, e que depois no processo é necessário optar, e optar por obras que sejam importantes e até usar os recursos da junta de freguesia. Os valores são estipulados com recurso a obras anteriores.

Colocada a votação a proposta do contrato interadministrativo entre o Município da Lousã e a União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, a mesma foi aprovada com cinco votos contra do PPD/PSD/CDS.

Entrando no **Ponto Seis**, colocado a votação a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, este ponto foi aprovado com um voto contra do PPD/PSD/CDS e quatro abstenções do PPD/PSD/CDS.

No **Ponto Sete** o Regulamento e a Tabela de Taxas foram aprovados com cinco abstenções do PPD/PSD/CDS.

O Presidente da Assembleia propôs a aprovação da ata em minuta no que diz respeito as deliberações e a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata com a redação que for mais conveniente.

Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a Assembleia às vinte e duas horas e trinta minutos.

Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

Carlos Alberto dos Santos Ferreira Dias

Ana Salomé Brás Francisco Ferreira Dias

Luísa Maria Basílio Simões